



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA  
EXECUÇÃO DE CONVÊNIOS - COGE

**Termo de Execução Descentralizada nº 42 / 2023, 30 de novembro de 2023**

**TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA N.º 42/2023**

**1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA**

**a) Unidade Descentralizadora e Responsável**

Nome do órgão ou entidade descentralizador(a): Ministério da Pesca e Aquicultura

Nome da autoridade competente: Cristiano [REDACTED] Ramalho

Número do CPF: [REDACTED]

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: Secretaria Nacional de Pesca Artesanal - SNPA

Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: Portaria No.1.107 de janeiro de 2023 publicada no Diário Oficial da União, Edição 17, Seção 2, Página1; e Portaria No. 43 de 27 de abril de 2023, publicada no Diário Oficial da União, Edição 81, Seção 1, Pagina 72.

**b) UG SIAFI**

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito: UG 580003 – Coordenação Geral de Gestão e Administração – CGGA/MPA

Número e Nome da Unidade Gestora responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: UG 580006 – Secretaria Nacional de Pesca Artesanal – SNPA/MPA

**2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA**

**a) Unidade Descentralizada e Responsável**

Nome do órgão ou entidade descentralizada: Universidade Federal do Pará

Nome da autoridade competente: Emmanue [REDACTED] Tourinho

Número do CPF: [REDACTED]

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pela execução do objeto do TED: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH

Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: Decreto de 13 de outubro de 2020, publicado no Diário Oficial da União de 14 de outubro de 2020, Seção 2, página 1, para exercer o cargo de Reitor da Universidade Federal do Pará.

**b) UG SIAFI**

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que receberá o crédito: 15230 Universidade Federal do Pará

Número e Nome da Unidade Gestora -UG responsável pela execução do objeto do TED: 153063 – Universidade Federal do Pará

**3. OBJETO DO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA:**

Projeto Pesca Artesanal e Extensão Pesqueira na Amazônia (PAEXPA): pesquisa-ação com comunidades tradicionais pesqueiras artesanais para identificar problemas que afetam a atividade de pesca, demandas relacionadas ao acesso aos recursos e mercados, conhecer experiências locais de gestão pesqueira que contribuam para aprimorar metodologias participativas inovadoras no campo da extensão pesqueira.

**4. OBRIGAÇÕES E COMPETÊNCIAS DOS PARTÍCIPES**

#### **4.1. Unidade Descentralizadora**

I - analisar e aprovar a descentralização de créditos;  
II - analisar, aprovar e acompanhar a execução do Plano de Trabalho;  
III - descentralizar os créditos orçamentários;  
IV - repassar os recursos financeiros em conformidade com o cronograma de desembolso;  
V - aprovar a prorrogação da vigência do TED ou realizar sua prorrogação, de ofício, quando necessário;  
VI - aprovar as alterações no TED;  
VII - solicitar Relatórios parciais de Cumprimento do Objeto ou outros documentos necessários à comprovação da execução do objeto, quando necessário;  
VIII - analisar e manifestar-se sobre o Relatório de Cumprimento do Objeto apresentado pela Unidade Descentralizada;  
IX - solicitar à Unidade Descentralizada que instaure a tomada de contas especial, ou promover diretamente a instauração, quando cabível;  
X - emitir certificado de disponibilidade orçamentária;  
XI - registrar no SIAFI o TED e os aditivos, mantendo atualizada a execução até a conclusão;  
XII - prorrogar de ofício a vigência do TED quando ocorrer atraso na liberação de recursos, limitado ao prazo do atraso;  
XIII - publicar os extratos do TED e termos aditivos no sítio eletrônico oficial, bem como disponibilizar a íntegra do TED celebrado e do Plano de Trabalho atualizado, no prazo de vinte dias, contado da data da assinatura; e  
XIV - designar os agentes públicos federais que atuarão como gestores titulares e suplentes do TED, no prazo de vinte dias, contado da data da celebração do TED, devendo o ato de designação ser publicado no sítio eletrônico oficial.  
XV - instaurar tomada de contas especial, quando cabível e a unidade descentralizada não o tenha feito no prazo para tanto.  
XVI - suspender as descentralizações, na hipótese de verificação de indícios de irregularidades durante a execução do TED, com a tomada das providências previstas no art. 19 do Decreto no 10.426/2020.

#### **4.2. Unidade Descentralizada**

I - elaborar e apresentar o Plano de Trabalho;  
II - apresentar a Declaração de Capacidade Técnica necessária à execução do objeto;  
III - apresentar a Declaração de Compatibilidade de Custos;  
IV - executar os créditos orçamentários descentralizados e os recursos financeiros recebidos;  
V - aprovar as alterações no TED;  
VI - encaminhar à Unidade Descentralizadora:  
a) Relatórios parciais de Cumprimento do Objeto, quando solicitado; e  
b) o Relatório final de Cumprimento do Objeto;  
VII - zelar pela aplicação regular dos recursos recebidos e assegurar a conformidade dos documentos, das informações e dos demonstrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária e operacional;  
VIII - citar a Unidade Descentralizadora quando divulgar dados, resultados e publicações referentes ao objeto do TED, quando necessário;  
IX - instaurar tomada de contas especial, quando necessário, e dar conhecimento dos fatos à Unidade Descentralizadora;  
X - devolver à Unidade Descentralizadora os saldos dos créditos orçamentários descentralizados e não empenhados e os recursos financeiros não utilizados, conforme disposto no § 1º do art. 7º do Decreto no 10.426, de 16 de julho de 2020;  
XI - devolver os créditos orçamentários e os recursos financeiros após o encerramento do TED ou da conclusão da execução do objeto, conforme disposto no § 2º do art. 7º do Decreto no 10.426, de 2020;  
XII - disponibilizar no sítio eletrônico oficial a íntegra do TED celebrado e do Plano de Trabalho atualizado, no prazo de vinte dias, contado da data da assinatura;  
XIII - devolver para a Unidade Descentralizadora os rendimentos de aplicação financeira auferidos em parcerias celebradas com recursos do TED, nas hipóteses de restituição previstas na legislação específica; e  
XIV - designar os agentes públicos federais que atuarão como gestores titulares e suplentes do TED, no prazo de vinte dias, contado da data da celebração do TED, devendo o ato de designação ser publicado no sítio eletrônico oficial.

XV - disponibilizar, mediante solicitação, documentos comprobatórios da aplicação regular dos recursos aos órgãos de controle e à unidade descentralizadora

## 5. VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Termo de Execução Descentralizada será de 24 meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado de acordo com o disposto no art. 10 do Decreto no 10.426, de 2020.

**Início:** a partir da data de assinatura

**Fim:** 24 meses após a data de assinatura

## 6. VALOR DO TED:

R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais)

## 7. CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:

Programa: 1031 – Agropecuária Sustentável SNPA 58101.20608.1031.20Y1.0001 UG 58006

## 8. BENS REMANESCENTES

O Objeto do Termo de Execução Descentralizada contempla a aquisição, produção ou construção de bens?

( ) Sim

(x) Não

Se sim, informar a titularidade e a destinação dos bens quando da conclusão do TED:

## 9. DAS ALTERAÇÕES

Ficam os partícipes facultados a alterar o presente Termo de Execução Descentralizada ou o respectivo Plano de Trabalho, mediante termo aditivo, vedada a alteração do objeto do objeto aprovado

As alterações no plano de trabalho que não impliquem alterações do valor global e da vigência do TED poderão ser realizadas por meio de apostila ao termo original, sem necessidade de celebração de termo aditivo, vedada a alteração do objeto aprovado, desde que sejam previamente aprovados pelas unidades descentralizadora e descentralizada.

## 10. DA AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

A Unidade Descentralizada apresentará relatório de cumprimento do objeto conforme previsto no art. 23 do decreto no 10.426, de 2020, cuja análise ocorrerá pela Unidade Descentralizadora nos termos do art. 24 do mesmo normativo.

Rejeitado total ou parcialmente o relatório de cumprimento do objeto pela Unidade Descentralizadora, deverá a unidade descentralizada instaurar tomada de contas especial para apurar eventuais danos ao erário e respectivos responsáveis para fins de recomposição do erário público.

## 11. DA DENÚNCIA OU RESCISÃO

### 11.1. Denúncia

O Termo de Execução Descentralizada poderá ser denunciado a qualquer tempo, hipótese em que os partícipes ficarão responsáveis somente pelas obrigações pactuadas e auferirão as vantagens do período em que participaram voluntariamente do TED.

### 11.2. Rescisão

Constituem motivos para rescisão do presente TED:

I - o inadimplemento de qualquer das cláusulas pactuadas;

II - a constatação, a qualquer tempo, de irregularidades na execução do TED; e

- III - a verificação de circunstâncias que ensejem a instauração de tomada de contas especial; ou  
IV - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior que, mediante comprovação, impeça a execução do objeto.

## 12. SOLUÇÃO DE CONFLITO

Para dirimir quaisquer questões de natureza jurídica oriundas do presente Termo, os partícipes comprometem-se a solicitar o auxílio da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal da Advocacia-Geral da União - CCAF/AGU.

## 13. PUBLICAÇÃO

O TED e seus eventuais termos aditivos, que impliquem em alteração de valor ou, ainda, ampliação ou redução de prazo para execução do objeto, serão assinados pelos partícipes e seus extratos serão publicados no sítio eletrônico oficial da Unidade Descentralizadora, no prazo de vinte dias, contado da data da assinatura, conforme disposto no art. 14 do Decreto no 10.426, de 2020.

As Unidades Descentralizadora e Descentralizada disponibilizarão a íntegra do TED celebrado e do Plano de Trabalho atualizado em seus sítios eletrônicos oficiais no prazo a que se refere o caput.

## 14. ASSINATURAS

**EMMANUEL [REDACTED] TOURINHO**  
Reitor da Universidade Federal do Pará

**CRISTIANO [REDACTED] RAMALHO**  
Secretário Nacional de Pesca Artesanal



Documento assinado eletronicamente por **Emmanuel [REDACTED] Tourinho, Usuário Externo**, em 30/11/2023, às 15:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **CRISTIANO [REDACTED] RAMALHO, Secretário(a) Nacional de Pesca Artesanal**, em 30/11/2023, às 15:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site:

[https://sei.agro.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **32448859** e o código CRC **9DD07718**.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA  
SECRETARIA NACIONAL DE PESCA ARTESANAL

PLANO DE TRABALHO DO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA N.º 42/2023

1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA

a) Unidade Descentralizadora e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizador(a): Ministério da Pesca e Aquicultura

Nome da autoridade competente: Cristiano Ramalho

Número do CPF: [REDAZIDO]

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: Secretaria Nacional de Pesca Artesanal - SNPA

Identificação do Ato que confere poderes para a assinatura: Portaria No.1.107 de janeiro de 2023 publicada no Diário Oficial da União, Edição 17, Seção 2, Página1; e Portaria No. 43 de 27 de abril de 2023, publicada no Diário Oficial da União, Et 81, Seção 1, Página 72.

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito: UG 580003 – Coordenação Geral de Gestão e Administração – CGGA/MPA

Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: UG 580006 – Secretaria Nacional de Pesca Artesanal – SNPA/MPA

2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA

a) Unidade Descentralizada e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizada: Universidade Federal do Pará Nome da autoridade competente: Emmanuel Tourinho

Número do CPF: [REDAZIDO]

Nome Unidade Acadêmica/Administrativa Responsável pela execução do objeto do TED: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH

Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: Decreto de 13 de outubro de 2020, publicado no Diário Oficial da União de 14 de outubro de 2020, Seção 2, página 1, para exercer o cargo de Reitor da Universidade Federal do Pará.

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que receberá o crédito: 15230 Universidade Federal do Pará

Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pela execução do objeto do TED: 153063 – Universidade Federal do Pará

3. OBJETO:

Projeto Pesca Artesanal e Extensão Pesqueira na Amazônia (PAEXPA): pesquisa-ação com comunidades tradicionais pesqueiras artesanais para identificar problemas que afetam a atividade de pesca, demandas relaciona acesso aos recursos e mercados, conhecer experiências locais de gestão pesqueira que contribuam para aprimorar metodologias participativas inovadoras no campo da extensão pesqueira.

4. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E METAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO TED:

**META 1 - Realizar diagnóstico coparticipativo de comunidades pesqueiras para caracterizar a cadeia produtiva da pesca artesanal, identificar a vulnerabilidades e demandas das comunidades relacionadas a ações de ge extensão pesqueira**

**Ação 1.** Realizar **Oficinas de Diagnóstico Rápido Participativo (DRP)**, para caracterizar as cadeias produtivas da pesca artesanal, com manejadores/as do município de Fonte Boa e Jutai associados a FEMAPAM; da RESEX Ipixuna, município de Tefé (AM) e RESEX Caeté-Taperaçu, Bragança (PA). Produzir materiais de divulgação dos resultados das oficinas: a) cartilhas com uso de linguagem acessível ao público-alvo; b) produção de *podca* possam ser divulgados em programa de rádios da região e mais além; c) produção de vídeos curtos com o envolvimento dos jovens e demais sujeitos que participarão das oficinas.

**META 2 - Promover e/ou apoiar atividades da cadeia produtiva da pesca voltadas à gestão e extensão pesqueira, promover capacitação sobre o tema da inclusão produtiva e participativa, para acessar políticas públicas**

**Ação 2.** Realizar cursos em comunidades pesqueiras: **A) Curso de educação para o manejo**, para a capacitação de pescadores e pescadoras que atuam na gestão de recursos pesqueiros, e fortalecimento da organização s melhoria da cadeia produtiva da pesca, com manejadores/as do município de Fonte Boa e Jutai associados a FEMAPAM; e na RESEX Catuá-Ipixuna; **B) Curso de capacitação para boas práticas de manipulação do pescado**, v obter qualidade do pescado para acessar cadeias produtivas em mercados nacionais para pescadores/as de comunidades da RESEX Catuá-Ipixuna e com pescadores/as associados à FEMAPAM e outros territórios; **C) Cu capacitação sobre comercialização do pescado, inclusão produtiva e participativa**, com lideranças comunitárias e de entidades ligadas à pesca artesanal para desenvolver habilidades que lhes permitam acessar políticas p voltadas ao setor pesqueiro artesanal. Produzir materiais de divulgação dos resultados dos cursos: a) cartilhas com uso de linguagem acessível ao público-alvo; b) produção de *podcast* que possam ser divulgados em progra rádios da região e mais além; c) produção de vídeos curtos com o envolvimento dos jovens e demais sujeitos que participarão das oficinas e cursos.

**META 3 - Capacitação para o empoderamento das pescadoras para participar nos espaços de tomada de decisão; fortalecer as organizações de pescadoras, discutir temas relacionados à valorização do trabalho na produtiva da pesca; Apresentar ferramentas para o gerenciamento de negócios empreendidos por mulheres pescadoras, agricultoras, artesãs e demais mulheres que atuam nas cadeias produtivas da socioecor identificar problemas ligados a questões de saúde e adoecimentos.**

**Ação 3.** Realizar Oficinas entre as quais: **A) Oficina de Economia Solidária, Bioeconomia e Gestão de Negócios**, para capacitar pescadoras do Médio Solimões (AM) e pescadoras da Zona Costeira (PA) para o gerencieame negócios relacionados à cadeia produtiva da pesca e outras cadeias produtivas da bioeconomia; e para o beneficiamento de subprodutos do pirarucu - couro, escamas e língua – para fazer o aproveitamento e acessar rendas; **B) Oficina de Gestão Social da Pesca Artesanal**, para promover o intercâmbio de experiências, empoderamento e incentivo à participação das pescadoras nas organizações e nos espaços de tomada de decisão.

Produzir materiais de divulgação dos resultados das oficinas: a) cartilhas com uso de linguagem acessível ao público-alvo; b) produção de *podcast* que possam ser divulgados em programa de rádios da região e mais al produção de vídeos curtos com o envolvimento dos jovens e demais sujeitos que participarão das oficinas e cursos, os quais tem utilizado de forma frequente mídias digitais com uso de smartphones.

**META 4 – Capacitar agentes para atuar junto às comunidades tradicionais pesqueiras nas ações de gestão e extensão pesqueira**

**Ação 4.** Realizar oficinas de Gestão Social aplicada para o público direta e indiretamente ligado à tomada de decisão relacionada à pesca artesanal entre as quais: **A) Oficina de organização, participação e controle social; e**

**B) Oficina de Formação de Conselheiros**, para capacitar agentes do setor público – prefeituras e Estado – agentes da sociedade civil e representantes de entidades ligadas a pescadores/as artesanais visando qualificar agentes para a participação em espaços de instrumentos públicos relacionados à pesca artesanal - Conselhos Municipais de Pesca, Comitês, Conferências, Plenárias etc. Elaboração de um Plano de Ação para a capacita agentes locais das comunidades, agentes públicos e instituições que atuam no setor pesqueiro artesanal para viabilizar programas e políticas existentes na área da gestão e extensão pesqueira. Produzir materiais de divu dos resultados das oficinas: a) cartilhas com uso de linguagem acessível ao público-alvo; b) produção de *podcast* que possam ser divulgados em programa de rádios da região e mais além; c) produção de vídeos curtos envolvimento dos jovens e demais sujeitos que participarão das oficinas e cursos, os quais tem utilizado de forma frequente mídias digitais com uso de smartphones

**META 5 – Realizar I Encontro Regional de Extensão Pesqueira no Médio Solimões para a discussão e construção de documento com propostas de políticas públicas para extensão pesqueira artesanal na pesca continenta**

**Ação 5.** Realização do 1º Encontro Regional de Extensão Pesqueira, a ser realizado no Médio Solimões, com participação de parceiros de todas as localidades da região Norte envolvidos neste projeto e convidados. Pr materiais de divulgação dos resultados do Encontro, na forma de a) cartilhas com uso de linguagem acessível ao público-alvo; b) produção de *podcast* que possam ser divulgados em programa de rádios a serem veiculad região e mais além; c) vídeos curtos para a divulgar ações, com o envolvimento dos jovens e demais sujeitos que participarão do Encontro. Produzir materiais para fazer a devolutiva dos resultados do Diagnóstico realiz META 1 às comunidades na forma de palestras e documentos impressos que disseminem a contribuição dos objetivos e resultados do projeto que seja referência sobre o tema das políticas de extensão pesqueira para a continental

5. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO TED:

A proposta de pesquisa aqui apresentada está ancorada em demanda do Ministério da Pesca Artesanal (MPA) que por meio da Secretaria Nacional da Pesca Artesanal (SNPA) busca atender a uma política central do gc federal que é a participação da sociedade civil e dos movimentos sociais na construção de propostas de políticas públicas. Trata-se de uma meta central do atual governo que já estava presente na composição da equ Governo de Transição com o Grupo de Trabalho criado para discutir uma propostas de políticas públicas para a pesca artesanal, dentre elas a recriação do Ministério da Pesca e Aquicultura, do qual participaram represen dos movimentos sociais da pesca artesanal dos diversos territórios e ecossistemas pesqueiros e de vários setores ligados à atividade pesqueira artesanal, com uma abordagem de gênero e raça. Deste GT também partici pesquisadores e pesquisadoras pertencentes a Universidades Públicas, reconhecidos por sua atuação como pesquisadores e pesquisadoras e por desenvolverem ações de extensão junto a comunidades tradicionais pesqu outros setores da economia pesqueira. Assim, a recriação do Ministério da Pesca e Aquicultura e a criação da Secretaria Nacional da Pesca Artesanal, atendeu ao anseio do movimento social da pesca artesanal cuja expect a participação dessa categoria na construção de políticas públicas para esse setor, especialmente no que se refere às ações de extensão pesqueira.

Nesse sentido, o **Programa Povos da Pesca Artesanal**, lançado no dia 02 de agosto de 2023, por meio do Decreto no.11.626, em evento que contou, de forma inédita, com a participação presencial de representan pescadores e pescadoras artesanais de todo o Brasil tem como um de seus objetivos a elaboração e implementação de políticas públicas para o setor pesqueiro artesanal, a ser construída de forma participativa, visz elaboração de uma agenda de ações prioritárias destinadas à promoção e fortalecimento da pesca artesanal em todo o Brasil. Para alcançar essas metas o MPA, via a Secretaria Nacional de Pesca Artesanal – SNPA, busca co parcerias com as Universidades Federais para desenvolver projetos de pesquisa- ação e extensão universitária junto às comunidades pesqueiras artesanais, considerando a vasta experiência acumulada e a capilaridade da al das universidades públicas na realização de projetos de ensino, pesquisa e extensão, como é o caso da Universidade Federal do Pará que dentre as IFES situadas na região amazônica foi pioneira ao implementar uma polí descentralização por meio da construção de Campi onde se promove o ensino, a pesquisa e a extensão, capacitando e formando pessoas nas mais diversas localidades há mais de três décadas. Tais políticas qualificam es para a execução dessa proposta, com capacidade de gerar informações e obter subsídios que contribuam para a elaboração de um Plano Nacional de Extensão Pesqueira que seja sensível à diversidade de com socioambientais nos quais estão situadas as comunidades pesqueiras artesanais, dando ênfase às particularidades locais. Com essa meta a SNPA busca contrapor políticas anteriores que impuseram um modelo único de p de extensão pesqueira para ser aplicada em todo território nacional.

A proposta aqui apresentada atende aos objetivos da SNPA que visa alcançar as mais diversas regiões e promover a escuta, conhecer a diversidade de situações nas quais os agentes da pesca artesanal estão inserido: identificar problemas, conhecer soluções locais, reunir experiências e potencialidades que subsidiem uma proposta de um Plano Nacional da Extensão Pesqueira. A escolha das duas regiões para desenvolver o projeto se ju pela importância de evidenciar a diversidade dos ecossistemas pesqueiros

na Amazônia e comparar contextos e ações de extensão pesqueira em territórios que partilham algo em comum que é estarem inseridos fora e dentro de Unidades de Conservação de uso direto: uma Reserva Extrativista M (RESEX-MAR Caeté-Taperaçu, que é UC federal), uma Reserva Extrativista terrestre (RESEX Catuá-Ipixuna) e uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável, a RDS Mamirauá. Ambas são UC pertencentes ao Estado do Ama estão situadas na região do Médio Rio Solimões e onde são desenvolvidas diversas ações de gestão de recursos pesqueiros no modelo Acordos de Pesca (IN 29/2002 – IBAMA) os quais são implementados a partir de inic das comunidades pesqueiras locais que inclui povos etnicamente diferenciados das etnias Kokama, Miranha, Ticuna e outras. Algumas contam com assessoria técnica de extensão pesqueira do Instituto de Desenvolvi

Sustentável Mamirauá – IDSM, que é uma OS supervisionada pelo MCTI. O IDSM foi pioneiro na implementação de um projeto inovador de gestão pesqueira com foco na espécie pirarucu (*Arapaima gigas*) que fornece subsídios para o instrumento normativo Acordos de Pesca, e tem sido uma instituição que desenvolve ações de extensão pesqueira na região do Médio Solimões assessorando vários coletivos que desenvolvem Acordos de (IDSM/IBAMA 2023 – Relatório Técnico). Contudo, não consegue atender as demandas crescentes das comunidades pesqueiras dessa e de outras regiões.

Outros coletivos são assessorados pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Amazonas – SEMA, que é o órgão responsável pela gestão das UCs de uso direto no estado. Nesse sentido, a presente proposta de pesquisa colabora com elaboração de uma proposta de política de extensão pesqueira que será ancorada em demanda de coletivos de pescadores e pescadoras que encontram muitos desafios para desenvolver ações de gestão pesqueiras diante da incapacidade de órgãos da gestão pública no nível municipal, estadual e federal de desenvolver ações de extensão e inovação e forneçam capacitação técnica para os coletivos que desenvolvem projetos de gestão de recursos pesqueiros. Por outro lado, as demandas de comunidades pesqueiras da RESEX Mar Caeté-Taperaçu, região costeira do estado do Pará, apontam para situações de vulnerabilidades no acesso a recursos pesqueiros e ao mercado, por exemplo, que reforçam a relevância de um estudo para identificar demandas e proposição de políticas e instrumentos normativos relacionados à gestão, extensão e inovação na atividade pesqueira artesanal na região costeira da Amazônia.

Em ambas as áreas a Universidade Federal do Pará tem se destacado na realização de ações de pesquisa e extensão há mais de 30 anos. Pesquisadores da UFPA estiveram presentes no processo de criação da RESEX Taperaçu e continuam atuando neste e em outras RESEX Mar da região costeira da Amazônia. Na região do Médio Solimões o modelo de UC que resultou na criação da categoria RDS, incluída no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (2000) foi elaborado por pesquisadores vinculados a Universidade Federal do Pará, em parceria com pesquisadores de outras universidades públicas e do Museu Paraense Emílio Goeldi. Essa atuação de pesquisa continua presente nas duas regiões.

6. SUBDESCENTRALIZAÇÃO

A Unidade Descentralizadora autoriza a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal?

(x) Sim  
( ) Não

1 - justificativa para a permissão de subdescentralização, execução por particulares, ou execução descentralizada: Autorizado conforme art. 16 do Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020, *in verbis*:  
**Seção VIII Da execução**  
Art. 16. A execução de programas, de projetos e de atividades será realizada nos termos estabelecidos no TED, observado o plano de trabalho e a classificação funcional programática.

§ 1º Caso seja expressamente previsto no TED, poderá haver subdescentralização entre a unidade descentralizada e outro órgão ou entidade da administração pública federal, hipótese em que a unidade responsável pela execução observará as estabelecidas no TED.

§ 2º Nas hipóteses de subdescentralização dos créditos orçamentários, a delegação de competência prevista no parágrafo único do art.1º fica estendida às unidades responsáveis pela execução final dos créditos orçamentários descentralizados.

§ 3º A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados será expressamente prevista no TED e observará as características da ação orçamentária constantes do cadastro de ações, disponível no Sistema Integrado de Planejamento Orçamento - SIOPI, e poderá ser:

I - direta, por meio da utilização da força de trabalho da unidade descentralizada;  
II - por meio da contratação de particulares, observadas as normas para licitações e contratos da administração pública; ou  
III - descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 20 de dezembro de 1994.

§ 4º Na execução descentralizada de que trata o inciso III do § 3º, a unidade descentralizada poderá celebrar convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 20 de dezembro de 1994.

§ 5º A contratação de particulares e a execução descentralizada de que tratam os § 3º e § 4º não descaracterizam a capacidade técnica da unidade descentralizada e não afasta a necessidade de observação dos atos normativos que tratam dos respectivos instrumentos jurídicos de contratação ou de execução descentralizada.

7. FORMAS POSSÍVEIS DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados poderá ser:

(x) Direta, por meio da utilização capacidade organizacional da Unidade Descentralizada.  
(x) Contratação de particulares, observadas as normas para contratos da administração pública.  
(x) Descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 20 de dezembro de 1994.

8. CUSTOS INDIRETOS (ART. 8, §2º)

A Unidade Descentralizadora autoriza a realização de despesas com custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED?

(x) Sim  
( ) Não

O pagamento será destinado aos seguintes custos indiretos, até o limite de 20% do valor global pactuado:

1. A Fundação Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP) da Universidade Federal do Pará, no valor de 10% da proposta (36.363,64)

9. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

METAS	DESCRIÇÃO	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total	Início	Final
META 1 AÇÃO 1	Realizar diagnóstico coparticipativo de comunidades pesqueiras para caracterizar a cadeia produtiva da pesca artesanal, identificar a vulnerabilidades e demandas das comunidades relacionadas a ações de gestão e extensão pesqueira	Oficinas	3	R\$ 66.786,57	R\$ 200.359,72	Jan / 2024	12 / 2024
Produto	Realização de 3 conjuntos de Oficinas para sistematizar as demandas identificadas e ajustar as ações das Metas seguintes com pescadoras e pescadores nos município de Fonte Boa e Jutai (AM) associados a FEMAPAM; da RESEX Catuá-Ipixuna, município de Tefé (AM) e RESEX Caeté-Taperaçu, Bragança (PA).						
META 2 AÇÃO 2	Promover e/ou apoiar atividades da cadeia produtiva da pesca voltadas para gestão e extensão pesqueira, promover capacitação sobre o tema da inclusão produtiva e participativa, para acessar políticas públicas	Cursos	3	R\$ 19.107,00	R\$ 57.321,00	Fev / 2024	12 / 2024
Produto	Realização de 3 cursos para capacitação, fortalecimento da organização e inclusão produtiva com pescadoras e pescadores nos município de Fonte Boa e Jutai (AM) associados a FEMAPAM; da RESEX Catuá-Ipixuna, município de Tefé (AM) e RESEX Caeté-Taperaçu, Bragança (PA).						
META 3 AÇÃO 3	Capacitação para o empoderamento das pescadoras para participar nos espaços de tomada de decisão; valorização do trabalho na cadeia produtiva da pesca; gerenciamento de negócios das cadeias produtivas da socio bioeconomia; e identificação de problemas ligados a questões de saúde e adoecimentos.	Cursos	2	R\$ 29.200,71	R\$ 58.401,42	Jun / 2024	12 / 2024
Produto	Realização de 2 cursos para fortalecimento da organização social e gestão de negócios com pescadoras e pescadores nos município de Fonte Boa e Jutai (AM) associados a FEMAPAM; da RESEX Catuá-Ipixuna, município de Tefé (AM) e RESEX Caeté-Taperaçu, Bragança (PA).						
META 4 AÇÃO 4	Ação 1. Realizar Oficina com agentes do setor público, sociedade civil e entidades ligadas a pescadores/as artesanais visando capacitar para participar de espaços públicos de gestão social ligados à pesca artesanal; estimular a transversalidade de gênero e juventude nas ações conjuntas dos distintos órgãos da administração pública que atuam com esse setor;	Oficina	2	R\$ 20.689,35	R\$ 41.378,70	Fev / 2025	12 / 2025
Produto	Realização de 2 oficinas para o público direta e indiretamente ligado à tomada de decisão relacionada à pesca artesanal, entre gestores do setor público, associações da sociedade civil e ONGs relacionados a pesca artesanal nos municípios de Fonte Boa e Jutai (AM) associados a FEMAPAM; da RESEX Catuá-Ipixuna, município de Tefé (AM) e RESEX Caeté-Taperaçu, Bragança (PA).						
META 5 AÇÃO 5	Ação 1. Realizar I Encontro Regional de Extensão Pesqueira no Médio Solimões para discussão e construção de documento com propostas de políticas públicas para extensão pesqueira artesanal na pesca continental.	Encontro	1	R\$ 42.539,16	R\$ 42.539,16	Ago / 2025	12 / 2025
Produto	Realização do 1º Encontro Regional de Extensão Pesqueira, a ser realizado no Médio Solimões, com participação de parceiros de todas as localidades da região Norte envolvidos neste projeto e convidados.						

10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

MÊS/ANO	VALOR
NOVEMBRO/2023	200.000,00
NOVEMBRO/ 2024	200.000,00

11. PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO – PAD

CÓDIGO DA NATUREZA DA DESPESA	CUSTO INDIRETO	VALOR PREVISTO
339039	NÃO	R\$363.636,36
339039	SIM	R\$36.363,64
TOTAL		R\$400.000,00

12. PROPOSIÇÃO

EMMANUEL TOURINHO  
Reitor da Universidade Federal do Pará

13. APROVAÇÃO



Documento assinado eletronicamente por CRISTIANO [REDACTED] RAMALHO, Secretário(a) Nacional de Pesca Artesanal, em 30/11/2023, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Emmanuel [REDACTED] Tourinho, Usuário Externo, em 01/12/2023, às 12:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: [https://sei.agro.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador 32448918 e o código CRC A398B8AB.

#### **EXTRATO DE TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA N.º 42/2023**

Termo de Execução Descentralizada celebrado entre o Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA e a Universidade Federal do Pará. Processo n.º 00350.008641/2023-37. Objeto: Projeto Pesca Artesanal e Extensão Pesqueira na Amazônia (PAEXPA): pesquisa-ação com comunidades tradicionais pesqueiras artesanais para identificar problemas que afetam a atividade de pesca, demandas relacionadas ao acesso aos recursos e mercados, conhecer experiências locais de gestão pesqueira que contribuam para aprimorar metodologias participativas inovadoras no campo da extensão pesqueira. Assinaturas: Cristiano [REDACTED] Ramalho – Secretário Nacional Pesca Artesanal e Emmanuel [REDACTED] Tourinho – Reitor da Universidade Federal do Pará. Data da assinatura: 1º de dezembro de 2023.